

Funções do *mas* em um texto oral-dialogado

Aparecida Feola Sella
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: Este artigo retrata pesquisa sobre o estudo da conjunção 'mas', considerando-se a proposta de Ducrot (1984) referente às orientações argumentativas operadas pelo *mas*. Empreende-se uma tentativa de conjugar a proposta desse autor às condições de produção de um texto oral-dialogado, nas quais os falantes empreendem esforços para garantirem a auto-imagem. Essa condição propicia usos dos 'mas' que extrapolam o universo da significação da frase, já que promove atos do tipo asserções, constatações, perguntas, dúvidas, os quais estão sob constante vigilância por parte dos interactantes. Sendo assim, tenta-se conciliar a possibilidade de se considerar tanto marcas inscritas na própria língua quanto traços de condução discursiva, no caso do texto oral-dialogado. **Palavras-chave:** conversação; preservação da face; *mas*.

INTRODUÇÃO

Apresenta-se, neste artigo, relato de pesquisa sobre o movimento polifônico em enunciados construídos com a conjunção *mas*. O objetivo é verificar a possibilidade de conjugar a proposta de Ducrot (1984) no tocante ao papel semântico ou mesmo pragmático desse conector com pesquisas sobre a interação face a face, cujos resultados acenam para o reconhecimento de funções que incidem no âmbito do textual e interpessoal. Procurou-se mostrar que as funções do *mas* estão associadas a questões que envolvem trajetos de argumentação. Para demonstração dessa conjugação, recorreu-se ao inquérito coletado pelo Projeto de Estudos da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC/SP), denominado Inquérito 62, transcrito na obra *Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*, Vol. II, *Diálogo entre dois informantes*.

Trata-se de um diálogo, com duração de oitenta minutos, entre dois informantes residentes em São Paulo: L₁, que é vendedor; e L₂, que é estatístico. Os temas tratados são, por vezes, direcionados pela Documentadora, que estimula a conversa entre os dois, participando, também, em certos momentos, efetivamente da conversa. Embora o diálogo tenha sido gravado, e os temas mais ou menos preestabelecidos, a liberdade de expressão dos participantes ficou,

de certa forma, resguardada, pois são restritas as intervenções da Documentadora e a duração do diálogo é relativamente extensa.

Diante do *corpus* analisado, perceberam-se ocorrências do *mas* que atestavam tanto movimentos polifônicos como estratégias discursivas mais características do texto oral-dialogado. Essa avaliação propiciou uma reflexão sobre a junção de teorias aparentemente distantes, mas com traços que rendem uma análise mais completa de certos movimentos argumentativos.

Sendo assim, apresentamos, inicialmente, questões presentes na obra de Ducrot (1984) e que rendem uma descrição do *mas* pautada nos movimentos polifônicos atrelados a instâncias argumentativas demarcadas necessariamente na significação da frase. Na seqüência, são verificados principalmente casos analisados por Schiffrin (1987), autora que se dedica ao estudo da conversação (portanto ao estudo do texto oral-dialogado) e promove uma discussão pertinente sobre o *mas* como um marcador discursivo que atua tanto no plano ideacional quanto no interpessoal.

Como a tentativa de conjugar essas duas tendências teóricas não é novidade, entendemos que deva ser apresentada ao professor, pois conjugação teórica revela um exercício de aplicação ao ensino. Certas teorias, se somadas devidamente e com objetivos claros de sondagem de texto, podem elucidar o funcionamento dos elementos lingüísticos em determinados contextos discursivos.

O MAS COMO UM OPERADOR ARGUMENTATIVO

Em trabalhos desenvolvidos no interior da Semântica Argumentativa, tal qual proposta por Ducrot (1984), as funções do *mas* estão atreladas praticamente ao trajeto polifônico orientado por esse conector. São dois os tipos de jogo polifônico instaurados pelo *mas*, seguindo-se a proposta do autor. No exemplo *Ele não é inteligente mas esperto*, em *Ele é inteligente*, tem-se a fala de um enunciador (E_1) que é negada por outro enunciador (E_2), ao qual o locutor L se assimila; na segunda oração *mas esperto*, esse mesmo E_2 retifica a asserção de E_1 e justifica o fato de tê-la negado. Note-se que a oposição estabelecida pela segunda oração refere-se à asserção de E_1 e que a negação é necessária, portanto, na primeira, para que se possa afirmar o que está traduzido pelo *mas*: trata-se da justificativa da negação. Se considerarmos a voz do enunciador E_2 tanto na primeira quanto na

segunda oração, pode-se perceber que se trata de “um movimento único de refutação, que liga a negação e a retificação” (cf. Maingueneau, 1989, p.165).

O outro tipo de *mas* apontado por Ducrot, ao contrário do exposto acima, não precisa necessariamente seguir uma proposição negativa, e liga sempre dois atos distintos. As estruturas articuladas por este *mas* são vistas pelo autor como as de teor mais fortemente argumentativo. Em *Ele é inteligente mas estuda pouco*, temos um enunciador (E_1) (este enunciador pode ser um interlocutor virtual, um terceiro ou a voz pública) que declara a primeira oração, na qual há um argumento para uma conclusão *r*; e temos (E_2), com o qual o locutor se assimila, e que declara a oração introduzida pelo *mas*. Nesta oração, há um argumento para a conclusão *não-r*, dado como suficiente para negligenciar o argumento expresso na primeira, haja vista a própria identificação do locutor com E_2 .

Alerta-nos Ducrot que o próprio enunciado contém uma alusão a certa característica argumentativa das proposições que o constituem, caracterização que pode variar de locutor para locutor, segundo as situações de discurso. É neste quadro que se vai determinar qual é a conclusão *r* sugerida e não aceita.

Ressaltamos que nosso enfoque paira no tipo de *mas* que Ducrot (1984) denomina *Maspa*, o último descrito acima. Segundo o autor, neste caso há orientação para determinada conclusão, nomeadamente aquela pautada no argumento inserido pelo conector. Outro exemplo pode ser útil. Vejamos o enunciado *Maria não é formada mas entende de formulários fiscais*. Nesse caso, da mesma forma como em *Ele é inteligente mas estuda pouco*, o argumento poderia levar a conclusões que beneficiariam a *Maria*, se pensarmos na expectativa de uma contração. Ou seja, a conclusão, que está implícita, se considerado somente o enunciado como um todo, pode ser recuperada de uma forma mais geral, se levado em conta o segundo argumento (segunda oração).

Esse entendimento proposto por Ducrot (1984) tem como base a instância da própria língua. Para o autor, a argumentação nela está inscrita, com pistas inseridas de forma a orientar para determinado caminho argumentativo. Sendo assim, o que se absorve das propostas do autor está na sua forma de entender as inscrições em forma de diretivas e, nesse caso, o *mas* comporta-se como tal.

Guimarães (1987), autor que segue Ducrot e fez um estudo sobre as funções das conjunções em língua portuguesa, entende que, nas estruturas com o *mas*, não há um nivelamento entre o conteúdo das orações, mas sim a predominância da idéia contida na oração iniciada por essa conjunção. Essa predominância é explicitada pelo próprio Ducrot (1984) como sendo a estratégia de apropriação da fala do outro, em cujo arcabouço entram em cena seres não explicitamente identificados: os enunciadores. Em estruturas com o *mas*, podem ser incorporadas asserções atribuídas a interlocutores, a terceiros, à opinião pública, ou a uma outra face do locutor; fato este do discurso que permite uma certa isenção da responsabilidade de determinados enunciados.

Nesse sentido, o exemplo *Maria não é formada mas entende de formulários fiscais* acomoda argumentos. Em termos de polifonia, tem-se que o locutor, responsável pelo enunciado (ser do próprio discurso, uma espécie de ficção discursiva, diferente do ser empírico, ou seja, daquele que elaborou o enunciado), põe em cena pontos de vista sob forma de enunciadores, que podem ser a voz da mídia em geral, da voz pública ou de um segmento social. Em *Maria não é formada*, há um apelo para uma não contratação (uma espécie de conclusão velada, sustentada apenas pelo argumento posto na primeira oração); já em *mas entende de formulários fiscais*, quebra-se a expectativa de que impere a conclusão então suscitada anteriormente e acena-se para uma conclusão contrária (o papel do *mas* inclusive é apresentado por Ducrot diante de um movimento denominado técnica do suspense).

Koch (1984), ao analisar o fenômeno da polifonia, comenta que um movimento polifônico em que há um ato ilocucionário de asserção pode ser atribuído a um personagem diferente do locutor. Sendo assim, o locutor faz com que no interior do seu próprio enunciado outras vozes possam habitar. Conseqüências imediatas advêm desse tipo de enunciado, já que a apropriação da fala de outro pode, por exemplo, promover a isenção quanto à responsabilidade do enunciado. Evitam-se, portanto, críticas imediatas ou mesmo a nulidade do que se disse. Também é possível conseguir a credibilidade do enunciado por meio do acionamento, por exemplo, de vozes autorizadas.

Assim, conclusões ou encadeamentos pretendidos no contexto em que é produzido o enunciado acabam por ter aporte argumentativo. Essa visão ducrotiana de conceber a frase acaba permitindo a

possibilidade de uma certa conjugação teórica, que possa transcender o espaço de análise requisitado pelo autor e estabelecer-se no patamar do discurso. A tentativa desta pesquisa reside na avaliação de como os movimentos polifônicos tomam vida no circunscrito pelo discurso oral-dialogado. Trata-se não mais de uma avaliação apenas semântica, mas pautada no transcorrer de um discurso, elaborado conjuntamente por dois interlocutores com aparente interesse na temática a ser desenvolvida.

NO TEXTO ORAL-DIALOGADO

As condições de produção em uma conversação trazem no seu bojo a questão da completude envolvendo esforços dos falantes para garantirem a auto-imagem, reforçando a “face positiva”, amenizando o que poderia ser negativo e gerar obstáculos ao prosseguimento do discurso. Como os papéis são recorrentemente permutáveis, o encaminhamento da interação é executado duplamente. Trata-se de um processo de interlocução local, no qual ocorrem quase que simultaneamente a elaboração mental, a manifestação verbal e a construção do discurso, num lapso de tempo muito curto, e mediante uma pronta intervenção do interlocutor.

O encaminhamento dos atos de fala depende, dessa forma, do entrosamento entre os interlocutores. Entre os atos que podem ocorrer numa conversação, Marcuschi (1986) cita asserções, constatações, perguntas, dúvidas, os quais estão sob constante vigilância por parte dos interactantes. Podem ocorrer momentos de sobreposição de vozes que retratam uma dinâmica de disputa pelo turno, ao longo da conversação. Cada intervenção, ou turno, é constituída de diferentes estruturas de caráter lingüístico, podendo ser um complexo oracional ou mesmo estruturas do tipo “uhn” (cf. Galembek et al., 1990, p.88). A composição dos turnos também está ladeada por elementos de natureza supra-segmental e paralingüística, sendo que o próprio silêncio, segundo alguns teóricos, caracteriza um turno.

Cada turno abarca quase sempre elementos do turno anterior, já que os falantes procuram manter a conversação em torno de um conjunto de referentes comuns. Entretanto, o desenvolvimento desse conjunto não obedece à seqüência linear, por força da própria condição de interação face a face. Num primeiro contato com a transcrição do texto conversacional, fica a idéia de fragmentação do

fluxo informacional, conjugada a uma aparente desarticulação sintático-semântica das estruturas. Essa sensação, geral, deve-se a considerações de parâmetros de estruturação previstos para a escrita. As possíveis descontinuidades verbais, aliadas às condições de planejamento e à elaboração local do discurso, são equilibradas com uma forte articulação interativa, que atua no sentido de assegurar a efetividade comunicativa. Os falantes operam, então, contrabalançando o caráter pragmático e sintático da língua.

Certos elementos lingüísticos funcionam como indicadores da maneira como está sendo tratado o assunto, de orientação discursiva, e as estratégias persuasivas são aspectos que se vão construindo ao longo da interação. Do trecho a seguir, destacamos três momentos em que as formas grifadas caracterizam funções específicas de um texto de natureza oral-dialogada.

L₂ dois ônibus lotados – conforme eu já falei – ninguém quer saber de abrir janela porque o vento faz mal... então você agüenta né? *agora* no frio você olha está tudo embaçado os vidros de ônibus *entende?*... aí... aquela vidinha chega no escritório aquela coisa né?... existe... mais chefe do que funcionário... todo mundo é chefe... e quem faz é o que menos ... leva a fama ... ele ainda *tem* ... *tem* o privilégio ele almoça em casa ... a gente não... (D2/SP 62, p.215-223).

Esse trecho é parte da resposta à pergunta feita pela Documentadora sobre como L₂ divide o seu tempo. Ao utilizar-se do *agora*, L₂ demonstra a intenção de introduzir um detalhe, diferenciado dentro de um mesmo tópico (observe-se que é contrastada a situação dentro do ônibus, no frio e no calor). Por meio do marcador *entende*, seguido de pausa, observa-se a tentativa de sustentação do turno; em *tem::... tem*, observa-se que a presença do alongamento (::), da pausa (...) e da repetição, subseqüentemente, denota momentos de planejamento verbal.

As intenções comunicativas dos falantes vão sendo construídas e reconstruídas durante o processo de interação. Para levarem a cabo seus propósitos comunicativos os falantes utilizam-se dos marcadores conversacionais, quer na condução dos atos ilocutórios e na manutenção da interação, quer na estruturação do texto (da cadeia lingüística). Segundo Marcuschi (1986), os marcadores conversacionais comportam propriedades interacionais e intratextuais.

Sendo a relação face a face uma espécie de negociações contínuas, os marcadores podem indicar a postura tanto do falante quanto do ouvinte. No trajeto discursivo, marcadores como *mas*, *bom*, *o que eu acho disso* é que podem marcar um início ou tomada de turno (cf. Galembeck et al., 1990, p.72). Marcadores como *sabe?*, *certo?*, *entende?* assinalam o final do turno, ou mesmo indicam que o falante quer testar a atenção do ouvinte ou conseguir seu consentimento. Elementos lingüísticos como *mas* podem sinalizar uma proposta de reordenação num ponto de vista diverso do tratado no momento mais imediato da interação.

Desta feita, podemos acatar a distinção que faz Marcuschi (1986), ao considerar que os marcadores conversacionais ora podem atuar no âmbito intratextual, ora como indício das relações interpessoais. Valemo-nos de alguns exemplos que ilustram tal distinção:

- (A) *Ah...* isso evidentemente que influenciou *entende?*
ainda mais porque nós somos israelitas *entende?*
(B) *quer dizer... então* é um tipo de cultura muito
diferente *sabe?*
são uns valores completamente diferentes
é um negócio muito diferente
só vivendo mesmo
é que você vê *entende?* (Castilho, 1989, p.259).

Os elementos grifados são considerados por Castilho (1990) marcadores discursivos, na sua terminologia, e representam a maneira como o falante está organizando o seu discurso. Na margem esquerda, temos *ah...*, que indica a manutenção do turno; *quer dizer... então*, que denota um esclarecimento; na margem direita, *entende?* e *sabe?* são marcadores que indicam a procura do consentimento e/ou atenção do ouvinte. O marcador *quer dizer... então* atua mais diretamente na tessitura do texto, e os demais estão voltados para o trajeto da interação.

Observando a função dos marcadores conversacionais como articuladores da interação, Marcuschi (1986) acena para o fato de que esses marcadores colaboram para a construção e manutenção de identidades e relações sociais. Nesse sentido, segundo demonstra o autor, concordâncias, indagações, dúvidas são atos envoltos em esquemas que conduzem a interação de forma a preservar a face dos falantes.

Além dessa atuação do *mas*, pautamo-nos na proposta de Schiffrin (1987). A autora analisa falas em que se destaca a familiaridade entre os participantes de uma dada conversação e, portanto, certa naturalidade move o desenvolvimento dos diferentes assuntos. Quando dirige sua atenção para o papel do *mas* (embora seja *but*, entendemos, neste trabalho, que as funções por ela avaliadas assemelham-se ao papel assumido pelo *mas*), a autora propõe dois planos: o primeiro, denominado ideacional, diz respeito às relações de contraste que esse marcador estabelece entre os conteúdos das proposições que compõem o discurso, considerando-se também, nessa relação, a influência das múltiplas expectativas (pessoais, sociais, interacionais) de cada falante; o outro, o plano das ações, refere-se à atuação do *mas* ao marcar a estratégia do falante para retomar um assunto anterior, retorno que pode dar-se por vários motivos: para reparação de distrações, para indicação de desafios discursivos, entre outros, ou seja, atua para marcar como os falantes conduzem a sua fala, levando-se em conta os conflitos interacionais.

Um dos papéis verificados no chamado plano das idéias refere-se ao processo de argumentação: explicar uma idéia, defender uma posição, consistindo num trabalho de provisão de informações, que se dá tanto no sentido referencial (marcado no conteúdo semântico das proposições), como num enlace argumentativo, já que o falante se utiliza de estratégias para induzir o seu interlocutor à credibilidade do que está dizendo (cf. Schiffrin, 1987, p.153-156).

Ao defender a sua posição sobre determinado assunto, o falante apresenta-a como uma conclusão preconcebida, que deverá ser sustentada perante seu interlocutor. Para tanto, lança mão de premissas denominadas, pela autora, de suportes, apoiadas em experiências, cujo conteúdo gira em torno de estratégias que servem para assegurar uma dada posição (cf. Schiffrin, 1987, p.14-21). O *mas* demarca relações que orientam esse processo, ora iniciando enunciados que representam a posição, ora iniciando aqueles que representam as premissas.

Percebe-se a intenção de distinguir um contraste que se afigura entre os conteúdos semânticos das proposições (contraste referencial) daquele que se origina de contextos em que uma proposição particular viola as expectativas dos interlocutores, estabelecida em dados como a experiência de conhecimento de mundo, a imagem do falante sobre sua relação com o ouvinte, a expansão de uma informação solicitada,

entre outros. Contrastes nesse plano mais pragmático, não marcados no nível referencial, são denominados de funcionais.

No exemplo a seguir, o *mas* estabelece um contraste que decorre da avaliação do falante, a qual destoa da avaliação positiva e culturalmente dominante sobre “praia”. Essa avaliação não aparece declarada no enunciado, porém é indicada pelo efeito de sentido que o *mas* cria. Tal constatação ajusta-se à visão de Ducrot (1987), quando declara conterem os enunciados compostos pelo *mas* movimentos opositivos vinculados a uma posição ideológica, a opiniões, emoções, etc., o que pode ser percebido no próprio momento da enunciação. Vejamos o exemplo a seguir:

Debby: E você nasceu no norte da Filadélfia
Ira: (a) Eu nasci em uh em - no Sul da Filadélfia
(b) *Mas* eu me deslocuei para o norte da Filadélfia
quando tinha um ano de idade.
(Schiffrin, 1987, p.159).

Com esse exemplo, Schiffrin demonstra que certas expectativas podem surgir na conversação, e algumas respostas podem contemplar não só a informação solicitada mas também um íntimo processo de preservação da face. Assim, vejamos: o conteúdo de (a) atua no sentido de corrigir a informação anteriormente pautada como pergunta, a qual não condiz com a realidade, enquanto (b) expressa uma justificativa atenuante para a afirmação e, também, caracteriza o processo de cooperação que se estabelece entre os falantes quando da elaboração do discurso: representa, mesmo, a preservação da face do interlocutor.

Schiffrin percebe que há perguntas cuja resposta o falante não pode ou não quer fornecer. Neste caso, algumas informações surgem para remediar esse tipo de impacto, originando apologias, explicações acessórias, etc. O *mas* é utilizado nesse movimento interativo, em alguns casos verificados pela autora. O trecho abaixo é um exemplo.

Zelda: (a) Hum, Hum. Eu não estou interessada nisso
(b) Minha família está.
(c) Joana está.
(d) Ela sabe mais do que os garotos.
(e) *Mas* eu não.

A pergunta feita foi se a entrevistada se interessava por esportes. Verifique-se que a resposta esperada está em (a) e (e); no entanto informações adicionais são apresentadas em (b), (c) e (d). Segundo a autora, o *mas* estabelece um alinhavo com a resposta mais imediata (lançada pela entrevistada), a qual, da forma como foi exposta, pode gerar um certo impacto negativo. Após ser remediado esse impacto, conforme pode ser percebido em (b), (c), e (d), o *mas* é utilizado para retomar a informação anterior.

Schiffrin observa que esse conector é utilizado para resolver conflitos interacionais, para mudar o assunto, marcar a retomada de questões julgadas importantes, para sustentar uma argumentação, ou mesmo para apresentar informações que revelam o real interesse do desenvolvimento do assunto, ou mesmo reivindicação da fala. A própria noção de contraste pode ser auxiliar em momentos críticos da interação.

O nosso objetivo é tomar a proposta da autora como um portal para a utilização da noção de polifonia. Entendemos que são fenômenos que se autocompletam principalmente em momentos de conflito interacional. É o que tentamos demonstrar na seqüência.

FUNÇÕES DO *MAS* VERIFICADAS NO INQUÉRITO 62

No Inquérito 62, percebem-se funções do *mas* estabelecidas, de um lado, no âmbito sentencial, e, de outro, no extra-sentencial. No limite da sentença, estabelece-se um vínculo entre ordenação oracional promovida pelo *mas* e o resto do texto. Sendo assim, tem-se uma manobra discursiva apresentada em momentos avaliativos de tessitura. Demarca-se, portanto, um traço da condução que se quer dar ao tema proposto ou mesmo ao encaminhamento da conversação. A ocorrência abaixo serve para uma breve ilustração do que se disse.

Logo no início da entrevista, a Documentadora pede aos locutores (L1 e L2 – neste caso os entrevistados) que conversem sobre a influência do clima de São Paulo na vida dos dois. Trata-se de um pedido pouco comum e que requer dos dois uma certa encenação, já que terão de simular uma conversa, a ser gravada. Vejamos o trecho:

Doc.: bom o: vocês poderiam no caso falar então de início para nós né? ... se o clima de São Paulo... que é um clima assim um pouco... ((risos)) confuso ((risos))... afeta

por exemplo a vida de um dos dois... então vocês conversando gostaria que falassem assim sobre o clima... *é um ...é um ... pouquinho chato mas vamos ver se dá né ((risos))* (INQ. 62, p.61, L.1-7)

O recorte acima configura todo um turno da Documentadora e contempla em seu trajeto um ato ilocutório de pedido. Seguimos, aqui, e nas outras análises a noção de ato ilocutório construída por Ducrot (1984) e as formas de estabelecer estratégias discursivas propostas por Schiffrin (1987). O enunciado grifado representa o reforço do pedido inicialmente posto, com uma função bem delimitada de estabelecer “voz” para os entrevistados. Recorrendo a Ducrot (1987), temos um locutor que põe em cena, na primeira oração, *...é um... é um... pouquinho chato*, a fala de um enunciador que admite consenso; na segunda oração, *mas vamos ver se dá né*, reside a fala de outro enunciador, E2, com o qual o locutor (L – neste caso a entidade que pertence ao sentido do enunciado) assimila-se: caracteriza-se um retorno ao pedido que vinha sendo elaborado, o qual inclui a forma verbal na primeira pessoa do plural, *vamos*, o que ameniza o trabalho solicitado, já que fica incluída a pessoa da Documentadora.

Esse jogo polifônico, encerrando todo o ato ilocutório de pedido, tem uma função quase persuasiva: reconhece-se qual seria uma das possíveis reações dos interlocutores, notadamente a rejeição do pedido. Desta forma, demonstra-se reconhecimento dessa rejeição, mas, na seqüência, expõe-se o pedido, de tal forma que se sobreponha o aceite de fazer a entrevista.

Na conversação, a elaboração de um ato ilocutório está ligada também à postura que o interlocutor vai assumindo durante o desenvolvimento do discurso: as dimensões podem ser variadas, desde estruturas do tipo sentencial até um recorte maior do que o tópico discursivo. Essa variação da estrutura lingüística, tomada pela expressão de um ato ilocutório, reflete ou explica a própria variação da dimensão dos segmentos aos quais recorreremos em nossa análise. Portanto, o nível sentencial absorve um lastro que toma outras configurações, diferentes das tradicionalmente reconhecidas.

Outro exemplo que pode dar visibilidade para as várias funções a serem assumidas pelo *mas* está na seqüência. O retorno a enunciados anteriores tonifica-se com o valor de contraste e resguarda a projeção anafórica desse marcador.

L2 tudo:: gira em função do:: vil metal né? Tudo profissão o que for você procurará sempre... fazer algo que você ganhará mais... entende? hoje você está trabalhando como vendedor... amanhã te oferecem algo melhor você vai abandonar não terá não haverá dúvida CREIO... está... existem preceitos morais aquela coisa isso e aquilo você pode ser que se prenda mais *mas* eu creio que... a maioria... mesmo os que dizem que não visam a maioria visa... remuneração...
(INQ. 62, p.78-79, L.738-746)

Em *tudo gira em torno do vil metal* até a primeira ocorrência de *CREIO*, L2 (o Informante) repassa uma visão um tanto radical, que carece de atenuação, dada em ... *está... existem preceitos morais aquela coisa isso e aquilo você pode ser que se prenda mais*. Após, retoma-se a posição inicial por meio do *mas*.

As expectativas lançadas pela observação do Informante L2 acionam o desejo de manutenção da face positiva: tem-se o exercício de atenuação do ponto de vista dado inicialmente. A estratégia foi utilizada para garantir o prosseguimento do discurso sem prováveis objeções por parte de seu interlocutor.

No segmento a seguir, comenta-se a situação do engenheiro civil em termos de mercado de trabalho: O Informante L1 defende que o mercado de trabalho está propício para os engenheiros, com o que o Informante L2 não concorda.

L2 ele estaria dentro do caso do engenheiro civil o clínico geral assim de :: ... em termo não de estudo digamos *mas* de ... de campo de serviço?

L1 se bem que o engenheiro civil hoje está bem heim meu querido ahn?

L2 ah *mas* tem engenheiro civil sobrando aí hein V. ((risos))

L1 com todas essas facilidades do BNH aí ... está todo mundo comprando casa própria ... então os engenheiros estão levantando prédios que não acaba mais...

você não está vendo isso?

L2 ah *mas* você vê quem é que ... quem é que está levantando ... quem é que você vê levantando ... é sempre aquela mesma empresa

L1 é *mas* eu acho que está indo bem o negócio está todo

mundo querendo partir para o campo da construção
L2 sempre aquela mesma empresa. (INQ. 62, p.77, L.677-692).

A primeira ocorrência do *mas* caracteriza uma voz de discordância: o *mas* indica um contra-ataque. Na linha 14, o *mas* atua para marcar defesa do ponto de vista. Esses momentos de aparente discordância têm como base a apresentação de argumentos explícitos, o que fica expresso no próprio valor adversativo que o *mas* carrega.

Neste segmento, o Informante L1 recusa a asserção de L2 sobre o fator “ter carro” ser um privilégio.

L1 éh poderia ser ... mas eu realmente não trabalho com automóvel... pela própria dificuldade que você tem de se locomover no trânsito... então o tempo para mim é::... imprescindível que ele seja bom;;; certo? para poder... me deslocar e inclusive render muito mais no serviço... (INQ. 62, p.62, L.42-47)

Temos, aqui, um turno do Informante L1, que retrata o contra-argumento à fala de L2. Este informante assevera que, por L1 ter carro, não sentia tanta dificuldade diante do clima de São Paulo. Na resposta de L1, o locutor (ser do próprio enunciado) coloca em cena a fala de um enunciador E1, o qual levanta a hipótese “o carro pode ser fator de privilégio ou não”, já que “éh poderia ser” revela uma expectativa ambígua. Em “*mas* eu realmente não trabalho com automóvel”, um enunciador E2, com o qual o locutor se assimila, apresenta um argumento que nega a diretiva para a conclusão sugerida (por L2), e apenas insinuada por E2.

Esse confronto de argumentos propicia certas estratégias elucidativas para comprovação do contra-argumento: “não uso automóvel por causa do trânsito, logo o tempo deve ser bom para um melhor desempenho e conseqüente rendimento no serviço”.

Por outro lado, certos encadeamentos atuam no sentido da elucidação dos pressupostos, e em vários momentos do Inquérito 62 o *mas* figura nesses encadeamentos. Vejamos o trecho seguinte:

L2 mesma coisa que hoje em dia... quando eu fiz Economia a maioria do pessoal escolhia Economia hoje em dia o pessoal já está partindo mais para... Administração que é Paralelo... mas... É diferente certo? ... então:: está

fugindo... então daqui uns anos não:: clínica geral
ninguém pretenderá fazer mais... isso que eu acho...” (INQ.
62, p.78, L.724-729).

O assunto alvo da conversação é “a situação do clínico geral”. Enfoca-se uma certa injustiça por ser este um profissional não bem recompensado. Tentando elaborar uma comparação, L2 expõe que, quando escolheu o curso de Economia, a preferência era geral, mas atualmente o curso preferido é Administração.

O enunciado que é *Paralelo mas... É diferente certo?...* foi utilizado para explicar um pressuposto mal colocado no enunciado anterior: “Economia e Administração são cursos que se assimilam”. O jogo polifônico, então, marca a preocupação do falante: o locutor (ser do enunciado) põe em cena a fala de um enunciado E1 que poderia objetar e não considerar a comparação; E2, na segunda oração, apresenta *mas... É diferente certo?*, com o contra-argumento “serem cursos diferentes”. Esse movimento polifônico, utilizado pelo falante com objetivo de resguardar a sua face, demonstra, ao mesmo tempo, consideração e discordância.

COMENTÁRIOS FINAIS

Na conversação, a elaboração de um ato ilocutório está ligada à postura que o interlocutor vai assumindo durante o desenvolvimento do discurso. Os casos aqui apresentados explicam variáveis de ocorrência do *mas*, as quais não se separam do próprio valor adversativo que esse elemento lingüístico carrega.

É evidente que os falantes não falam uma língua uniforme e não falam da mesma maneira. Mas também é evidente que há estratégias bem delineadas tanto para conflitos interacionais como para a própria tessitura do texto. A classificação dos fatos lingüísticos deve respaldar-se no movimento específico da interação: enquanto usuários de uma dada língua, os falantes realizam enunciados em meio a situações concretas de interação, que envolvem um quem diz (locutor) algo para quem (alocutário), com que finalidade, operando com e sobre as formas lingüísticas, e impulsionando significados que emolduram e reorientam o desenvolvimento do discurso. Vogt (1980, p.136) explica que a língua é “ação social que une, separa, influi, persuade, modifica e fundamenta comportamentos para os indivíduos de uma mesma comunidade”.

O termo “enunciado”, apontado por Ducrot, oferece liberdade para referenciar os recortes nos quais o *mas atua*: no domínio da organização textual-interativa, o desenvolvimento do tópico discursivo acena para a orientação argumentativa dos enunciados lingüísticos, para o afloramento de pressupostos, para a confluência entre o plano verbal e não-verbal do evento discursivo, e para a manifestação da polifonia de vozes ao longo da interação.

No caso de texto oral-dialogado, cuja construção dá-se com, pelo menos, dois interlocutores, a unidade básica de análise não pode ficar restrita ao âmbito exclusivamente sentencial. A noção de tópico discursivo recobre situações que retratam conflitos interacionais. Para Marcuschi (1986), os falantes centram sua atenção sobre determinado assunto, o que deve ficar claro para os participantes da conversação; inclusive, os falantes sabem que a condução do assunto tem suas conseqüências.

Não se deve perder de vista que, na conversação, o desenvolvimento do assunto tratado pode dar-se de forma contínua ou descontínua. Uma série de enunciados pode desenvolver, ao longo do percurso, um único conjunto dos referentes comuns, ou tópico; também é possível uma mudança tópica de enunciado para enunciado.

Como a noção de tópico discursivo pode extrapolar o nível sentencial, o termo “enunciado” parece-nos mais adequado, no sentido conceitual de Ducrot. O enunciado é a realização concreta da frase, realização essa que pressupõe uma interação permeada de intenções compartilhadas pelos interlocutores.

No ensino da língua portuguesa, o professor depara-se com inúmeros imprevistos quando precisa lidar com a explicitação da estrutura da língua. Os conceitos apresentados para descrição dos elementos lingüísticos presentes em livros didáticos ainda estão baseados na visão da gramática tradicional; não se apresenta, na maioria desses livros, de forma explícita, a linguagem como forma de interação; no trabalho de leitura e produção textual acaba-se privilegiando o elenco temático afinado com questões interpretativas delimitadas; os elementos lingüísticos não são explorados diante de seu potencial “efeito de sentido”, emergido diante de um contexto enunciativo; o trabalho com a metalinguagem não apresenta um cuidado com a elaboração e encaminhamento gradativo dos conteúdos.

Quando se pensa no ensino das conjunções coordenativas, já reconhecidas como verdadeiros operadores argumentativos e mesmo demarcadores de tessitura textual, como ocorre nas interações face a face, percebe-se a mesma condução tradicional. Quanto ao *mas*, fica clara a variedade de funções que podem ser assumidas. Além do valor adversativo, o momento da enunciação pode demarcar uma dada significação não recuperável em frases isoladas. Por fim, evidencia-se que o *mas* pode representar funções que variam desde um movimento polifônico até um trajeto de preservação da face, principalmente em momentos de planejamento textual e elaboração de contra-argumentos.

O certo é que o movimento estabelecido pelo *mas* recobre uma intenção comunicativa viável para momentos críticos de argumentação ou então para contornos enunciativos. Seria muito mais prejudicial ao relacionamento se a posição do locutor fosse dada sem, por exemplo, o trajeto da concessão, fato inerente aos enunciados com o *mas*, expostos para consideração de um ponto de vista (embora se trate de uma consideração em termos retóricos).

As intenções discursivas podem ser entendidas se concebermos que a língua é o estabelecimento das regras de um jogo que oferece dispositivos típicos para a manutenção do inter-relacionamento, de forma que possam ser atingidos os objetivos dos falantes. Quando damos uma ordem ou fazemos uma pergunta, estamos, na verdade, ao apresentarmos as nossas palavras, induzindo imediatamente a uma transformação jurídica da situação: estamos apresentando ao nosso interlocutor uma espécie de obrigação. E num texto oral-dialogado é possível perceber os passos desses elos jurídicos uma vez que os interlocutores vão se pronunciando a cada turno ou mesmo se abstendo de responder.

Nesse sentido, é preciso sempre anunciar a importância dos estudos do Projeto NURC, e seus desdobramentos, para o ensino da língua. Muitas funções dos elementos coesivos de um texto oral-dialogado acabam aflorando em textos escritos, mas com traços sintáticos, semânticos e mesmo pragmáticos diferenciados. A sondagem desses aspectos que distinguem o oral-dialogado do escrito rende reflexões muito profícuas e com resultados que podem auxiliar estratégias de leitura, produção de texto e mesmo a exercício da oratória.

REFERÊNCIAS

- CASTILHO, Ataliba T. (Org.). *Para o estudo das unidades discursivas no português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- _____. (Org.). *Gramática do português falado - Volume I: A Ordem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luíz F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso et al. O turno conversacional. In: PRETI, Dino et al. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990. p.58-97.
- GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Texto e argumentação – um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MAINGUENAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- PRETI, Dino et al. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.
- SCHIFFRIN, Déborah. *Discourses markers*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

Recebido em agosto de 2007
e aceito em março de 2008.

Title: *Functions of mas (but) in spoken discourse*

Abstract: *This article describes a research on the study of the conjunction 'mas' (but), considering the conditions of production of a piece of spoken discourse, in which the speakers make efforts to guarantee their self image. This condition favors uses of 'mas' (but) that are not traditionally predicted, since the conjunction promotes acts of assertion, demonstrations, questions to clear doubts, requests, which are constantly being monitored by the interactants. Based on this, we try to conciliate the possibility of considering both the linguistic marks and the features of discursive conduction, in this case, in spoken discourse.*

Keywords: *conversation; preservation of face; mas (but).*

